



Junta de Freguesia de Usseira

Ata Número Dois

Sessão Ordinária

Ao décimo oitavo dia do mês de dezembro do ano dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas e nove minutos, na sede da Junta de Freguesia de Usseira, Concelho de Óbidos, reuniram em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Usseira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um – Período antes da Ordem do Dia -----

Ponto Dois – Informação escrita do Senhor Presidente da Junta, acerca da atividade da Freguesia, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 9º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

Ponto Três – Apreciação e eventual aprovação dos documentos previsionais (orçamento e GOP) para 2018; -----

Ponto Quatro – Apreciação e eventual aprovação da proposta do Mapa de Pessoal para 2018; -----

Ponto Cinco – Apreciação e eventual aprovação da proposta da Tabela de Taxas e Licenças para 2018; -----

Ponto Seis – Apreciação e eventual aprovação da proposta de Regimento para a Assembleia de Freguesia para o Quadriénio de 2017-2021; -----

Ponto Sete – Apreciação e eventual aprovação dos Contratos Interadministrativo e Execução; -----

Ponto Oito – Período fora da ordem do dia – Intervenção do público. -----

Havendo quórum, o Senhor Presidente da mesa da Assembleia de Freguesia deu início aos trabalhos. -----

Antes de iniciar o Período antes da Ordem do Dia foi acrescentado mais um ponto na ordem de trabalhos. O Ponto sete passou para o Ponto oito e acrescentou-se o Ponto Sete – aprovação dos Contratos Interadministrativo e Execução: **e foi aprovado por unanimidade.** -

PONTO UM – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: Entrando no período antes da ordem do dia, o Sr. Presidente da Assembleia questionou os membros da Assembleia se tinham alguma questão.

O membro António João Neves tomou a palavra e perguntou ao membro Joaquim Elias se existia Contrato referente ao arrendamento do armazém da Junta. O membro Joaquim Elias respondeu que sim e que o mesmo também tinha sido rescindido por escrito. -----

Não havendo mais nenhuma intervenção, passou-se de imediato ao segundo ponto da ordem de trabalhos. -----

PONTO DOIS – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA, ACERCA DA ATIVIDADE DA FREGUESIA, DE ACORDO COM A ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 9 DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO: -----

Tomou a palavra a Sr^a. Presidente da Junta, Dionísia Félix, e fez uma breve explicação sobre a atividade da Junta no período de 20 de outubro a 18 de dezembro do ano de 2017 e foi distribuído uma cópia da mesma a cada membro presente. -----

Foi explicado que o executivo suspendeu os transportes da população aos Centros de Saúde, Hospitais, etc... uma vez que a Junta de Freguesia não dispõe de meios humanos suficientes para avançar com este projeto. -----

A Sr.^a Presidente lamentou o facto de haver muitos trabalhos em atraso, nomeadamente há dois anos que o levantamento do IMI da Junta de Usseira deveria estar concluído uma vez que as outras Freguesias já estavam a receber, menos a de Usseira. A Sr^a Presidente prosseguiu dizendo que foi efetuado um pedido no mês de maio à Junta de Freguesia, pela Proteção Civil e pelos Bombeiros, de um levantamento de infraestruturas e maquinarias para o caso de haver uma calamidade pública se saber o que existiria nas Freguesias. Lamentou que a Junta de Freguesia tenha sido a única que ainda não tinha entregue o documento em questão, sendo este um serviço administrativo e que como tal tinha que ter sido resolvido. Explicou que esta situação se encontrava resolvida sendo que os documentos já tinham sido entregues às autoridades competentes. -----

Prosseguiu então com as lembranças atribuídas pela Junta de Freguesia aos meninos do Jardim de Infância. -----

A Sr^a Presidente indicou que os serviços administrativos continuavam a ser os mesmos sendo que os meios financeiros ou seja as receitas da Junta baseavam-se pelos serviços apresentados na Tabela de Taxas e Licenças. Prosseguiu com as despesas da Junta que são mais alargadas nomeadamente os vencimentos, a eletricidade, as comunicações assistência técnica, contratos de manutenção de equipamentos, aplicações de património e informática, aquisição de material administrativo e de materiais para trabalhos de manutenção e conservação de maquinaria e dos veículos, seguros e revisões de veículos. Neste ponto a Sr.^a Presidente lamentou que a viatura de trabalho estivesse um ano sem inspeção expondo o facto de não ter havido muito interesse por parte do anterior executivo em saber o que se passava nesta Junta. -----

A Sr.^a Presidente procedeu com o esclarecimento financeiro, informando que desde o início do mandato, a preocupação deste Executivo foi na integração dos assuntos financeiros da Junta ou seja saber da existência dos saldos existentes assim como das dívidas. Informou que lhes tinha sido entregue um documento onde o antigo Executivo informava dos valores em dívida para com o empreiteiro da Obra do Cemitério, Terralavanda, e com o proprietário da Obiverde pela jardinagem, assim como o pagamento em falta das compensações do próprio executivo e dos membros da Assembleia. Nesse mesmo documento, verificou-se que ainda faltavam recebimentos por parte do Município de Óbidos. No dia vinte e três de outubro, a Junta recebeu um auto de medição no valor de onze mil quatrocentos e sessenta e três euros e setenta e quatro centimos e na explicação que foi dada ao Executivo pela administrativa Sandra Bebiano, as firmas Terralavanda e Obiverde já teriam recebido valores referentes a este auto pela existência de saldo bancário existente na altura e assim, face ao exposto, o Executivo achou prudente não proceder a mais nenhum pagamento às firmas mencionadas sendo que foram informados que os pagamentos do Município de Óbidos estavam atrasados e sendo assim, não podiam faltar aos compromissos que a Junta tem mensalmente tais como ordenados, impostos, seguros e demais. A Sr^a Presidente da Junta

comunicou que no dia treze de novembro a funcionária Sandra Bebiano informou que estariam valores por pagar às finanças ao que no dia seguinte houve a confirmação por parte do Município de Óbidos da existência desses atrasos sendo que a não regularização implicaria graves problemas para a Junta tais como o não recebimento das verbas da Câmara e que esta situação não seria a primeira vez que acontecia, portanto havendo uma dívida às finanças não se receberia enquanto não houvesse regularização da mesma. A Sr.^a Presidente questionou ao Sr. Joaquim Elias se tinha conhecimento desta grave situação e o que implicaria uma vez que já tinha havido antecedentes. Tomou a palavra o Sr. Joaquim Elias e respondeu saber do sucedido sendo uma falha por esquecimento. Tomou a palavra a Sr.^a Presidente dizendo que havendo duas funcionárias para este serviço que o Sr. Joaquim não tinha que se lembrar de tudo uma vez que tinha que haver um serviço prestado. O Sr. Joaquim Elias continuou dizendo que não havia dívidas mas sim uns atrasos nos pagamentos porque dívidas são quando não há saldo e que os atrasos foram por falta do dinheiro que não vinha como era prometido pelo Município. A Sr.^a Presidente retorquiu dizendo que se o Sr. Joaquim tivesse perdido mais tempo a verificar o Extratos Bancários teria tido algumas surpresas e seguiu com o seu esclarecimento explicando que o atual executivo assim que soube desta situação regularizou-a chamando à responsabilidade as funcionárias, uma vez que houve falha de responsabilidade e de supervisão por parte do anterior executivo deixando que esta situação se repetisse. A Sr.^a Presidente informou que a funcionária Sandra Bebiano responsabilizou-se pelos pagamentos em atraso bem como pelas coimas pagas pela Junta mas que o Executivo entendeu que a funcionária não seria a única responsável e que desta vez não iria pagar nada sendo que as duas funcionárias foram chamadas à responsabilidade e que doravante esta situação será intolerada e que as responsabilidades fiscais e demais impostos que a Junta tem, têm que estar em dia assim como a demais documentação, tal como a inspeção da carrinha e outras situações. Com esta situação regularizada, o Município de Óbidos procedeu à transferência no dia vinte de novembro dos valores ainda não recebidos. A Sr.^a Presidente comunicou que ainda falta pagar à Obiverde e Terralavanda e o Auto de Medição até ao final do ano que faz uma dívida total de quarenta e dois mil duzentos e sessenta e nove euros e cinquenta e cinco cêntimos. A Junta de freguesia tem, a dezoito de dezembro, um total financeiro de nove mil e quarenta e dois euros o que torna impossível o pagamento aos Senhores da Terralavanda e Obiverde por não haver saldo suficiente mas assim que houver que vão honrar os pagamentos em dívida. -----

Não havendo mais questões neste ponto de ordem de trabalhos passou-se para o ponto seguinte. -----

PONTO TRÊS – APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS (ORÇAMENTO E GOP) PARA 2018; -----

Neste ponto da ordem de trabalhos, tomou a palavra a funcionária Sandra Bebiano para explicar o orçamento ao qual começou por esclarecer que a Junta de Freguesia já se encontra a receber IMI há dois anos. -----

Tomou a palavra o membro Elisabete Casaca e referiu que existia uma diferença de 400€ entre o Orçamento e o Plano de Atividades na rubrica da Renda do Armazém. Tomou a palavra a funcionária Sandra Bebiano e elucidou que esta situação já tinha sido retificada. -----

Não havendo questões foi colocado a votação: **e foi aprovado por unanimidade.** -----

PONTO QUATRO – APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO MAPA DE PESSOAL PARA 2018; -----

Neste ponto da ordem de trabalhos, não havendo intervenções neste ponto, o referido Mapa de Pessoal foi colocado a votação: **e foi aprovado por unanimidade.** -----

PONTO CINCO – APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA TABELA DE TAXAS E LICENÇAS PARA 2018; -----

Neste ponto da ordem de trabalhos, não havendo intervenções neste ponto, a referida Tabela de Taxas e Licenças foi colocado a votação: **e foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO SEIS – APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REGIMENTO PARA A ASSEMBLEIA DE FREGUESIA PARA O QUADRIÉNIO DE 2017-2021; -----

Neste ponto da ordem de trabalhos, não havendo intervenções neste ponto, a referida Proposta de Regimento para a Assembleia de Freguesia foi colocado a votação: **e foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO SETE – APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVO E EXECUÇÃO; -----

Neste ponto da ordem de trabalhos, não havendo intervenções neste ponto, os referidos Contratos Interadministrativo e Execução foram colocados a votação: **e foram aprovados por unanimidade.** -----

PONTO OITO – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: --

Neste ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia questionou se alguém do público tinha algo a manifestar. Tomou a palavra o freguês José Filipe Neves e questionou os critérios de recebimento das verbas pagas à Junta de Freguesia pelo Município, se tinham a ver com os impostos pagos pelos fregueses. Tomou a palavra a Sr.^a Presidente de Junta, Dionísia Félix, e explicou que era feito um cálculo pela população com a área da freguesia e que cada freguesia recebia um valor diferente. -----

Não havendo mais intervenção do público, foi dada por encerrada a sessão, pelas vinte e duas horas e vinte seis minutos, do dia dezoito de dezembro de dois mil e dezassete. E eu, Sandra Nazaré Cipriano Bebian, Administrativa desta Junta de Freguesia, lavrei esta ata que também vou assinar. -----
